

**ATA N.º 14/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2014.** -----

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). -----

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de Substituição e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 25 de julho de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 224.969,02 -----

Os pontos que constituem a **Ordem do Dia** da presente reunião são os seguintes: -----

Ponto 1 - Fundação José Relvas. Agradecimento sobre cedência espaço da secretaria do Restaurante da Reserva Natural do Cavalo do Sorraia em Alpiarça, e também a do Auditório e do Polo Enoturístico da Casa Museu dos Patudos. Para conhecimento; -----

Ponto 2 - Grupo Parlamentar “CDS-PP. Requerimento apresentado por vários Senhores Deputados do CDS-PP, sobre as “Taxa Municipal de Proteção Civil”. Para conhecimento;

Ponto 3 – Requerentes: Ana Paula Sardinheiro Laranjeiro da Silva e Paula Cristina Rafael da Silva. Pedido de emissão de parecer para constituição de Compropriedade do prédio rústico, sito na Quinta da Gouxa, freguesia e concelho de Alpiarça, com a área de 26 240m2, inscrito na matriz rústica sob o art.º 35 da secção 079 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob o n.º 1395. Para ratificação; -----

Ponto 4 - Proposta do sr. Presidente Mário Pereira. Proposta de designação do Fiscal

Único da “AR – Águas do Ribatejo, EM, SA” - “Martins Pereira, João Careca e associados, SROC, Ld.ª”, representada por João António Carvalho Careca, ROC. Para deliberação. Remeter à Assembleia Municipal; -----

Ponto 5 - Requerente: Alberto Jorge Agostinho da Silva – Bar Very-Very. Emissão de Licença Regime Excecional de Funcionamento para o Bar “Very-Very”, sito na Rua José Relvas n.º 226-228 em Alpiarça, às Sextas e Sábados, até as 3:00h, não havendo música a partir das 2:00h. Para deliberação; -----

Ponto 6 - Requerente: Maria Prazeres Cruz Fitas Silva. Licença especial de ruído para realização de um evento de karaoke, realizado até às 2h do dia 27 de Julho. Para ratificação; -----

Ponto 7 - Proposta do sr. Presidente Mário Pereira. Proposta de Moção - Posição do Município de Alpiarça sobre o encerramento dos Serviços de Finanças. Deliberação; ----

Ponto 8 - Proposta n.º 4 de 2014 do sr. Vereador Carlos Pereira. Proposta de Edital, Normas e Ficha de inscrição para a Alpiagra Feira Agrícola e Comercial de 6 a 14 de Setembro de 2014. Para deliberação; -----

Ponto 9 – Requerimento do sr. Vereador Francisco S. Cunha (Todos Por Alpiarça– PPD/PSD-MPT). Requerimento do sr. Vereador Francisco Cunha a solicitar o agendamento do Parecer n.º 216/2014 da C.A.D.A. Relativo ao Proc.º n.º 206/2014. Para conhecimento. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O sr. Presidente antes de passar a palavra aos senhores vereadores deu algumas notas relativamente a situações que já aqui foram abordadas. Começou por fazer referência ao 5.º Festival do Melão de Alpiarça que ocorreu nos passados dias 25, 26 e 27 de Julho, considerando que o mesmo cumpriu e até ultrapassou os objetivos que tinham sido traçados. Por outro lado disse ter notado a presença de vários elementos da CDU e do Todos Por Alpiarça, ao contrário do Partido Socialista cujos eleitos primaram pela ausência, o que revela alguma falta de consideração da segunda força política do concelho, por esta realização. O sr. Presidente acrescentou que o Partido Socialista primou pela ausência no Festival do melão, ignorando a sua realização, já em

relação ao Triatlo Jovem e ao Aquatlo que se realizaram no sábado, durante este Festival, foi ainda mais longe e houve uma tentativa clara de boicote, tendo motivado queixas e atitudes públicas que têm como consequência o prejuízo da imagem do concelho de Alpiarça no exterior e de uma área que se entende como uma área de grande potencialidade turística. O sr. Presidente acrescentou ainda, que em determinada altura os senhores vereadores da oposição e muito bem, mostraram interesse em terem as análises que foram feitas à água da Barragem dos Patudos, esse material foi recolhido e está aqui para ser entregue, mas antes que o pudesse fazer já o líder do PS de Alpiarça, parece que foi assim que foi chamado, veio chamar mentiroso ao Presidente e ao Vice-Presidente, que não se têm como mentirosos e que a população de Alpiarça não os tem por mentirosos. Disse que com base em todas as análises que foram realizadas com a regularidade legal e as que foram feitas especificamente para a realização dos Triatlos, e especialmente com os resultados desta última análise, que decidimos realizar o segmento de natação na água da barragem. Disse ainda que o problema, existente há anos, da eutrofização das águas da barragem, não colocava problemas à realização de provas do segmento natação, tanto do Triatlo, como do Aquatlo, porque se assim não fosse, nem a Câmara Municipal de Alpiarça nem a Federação de Triatlo de Portugal colocariam em causa a integridade física dos participantes no Triatlo de Alpiarça. -----

----- Finda esta sua primeira intervenção, o sr. Presidente informou que iria dar dez minutos a cada um dos senhores vereadores para intervirem neste período e que depois o Executivo daria as respetivas respostas, para que o período de antes da ordem do dia não ultrapassasse o tempo legalmente estabelecido. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção dizendo começar por um assunto que tem sido aqui recorrente e que tem a ver com a estranha ausência de atas para aprovar e opinou que tem de haver um plano de ação para mitigar este problema, dada a importância de tais documentos, não só do ponto vista político, mas também administrativo. Disse depois que na última reunião de câmara foi referido que está em elaboração o Plano de Segurança da Casa

dos Patudos, ao que o sr. Presidente disse que o tem consigo para o entregar nesta reunião. Quanto ao Festival do Melão justificou a sua ausência por motivos de ordem pessoal, quanto à ausência de outros membros do PS disse que terão as suas razões. Acrescentou que muito mais do que a participação dos políticos locais no Festival, preocupa-o sim os produtores e o escoamento do produto e esse tem estado a ser vendido a preços irrisórios e com uma dificuldade enorme na sua venda, por produtores sujeitos a leis de mercado que ali nem existem. Concluiu dizendo que o Festival pode ter sido um grande sucesso de televisão, mas que isso pode não ser benéfico para os produtores de melão, porque o que vê ali são os filhos do lado da relva com umas tasquinhas e palcos para se fazer a festa e do outro lado os enteados que têm o seu produto para vender e com os quais não há interação. Segundo julga saber não esteve cá nenhum representante de peso dos canais de distribuição, que pudesse transformar o Festival do Melão em algo produtivo e rentável para a terra. Falou também de um tema que apareceu agora na blogosfera e que é um tema recorrente, ou seja a criação de uma Associação de Produtores de Melão, completamente extemporânea, que foi uma promessa da CDU em campanha eleitoral e um assunto que deveria ter sido tratado há vários meses e não agora quando o melão está à venda. Finalizou lamentando que os produtores tivessem sido alvo de uma fiscalização e que alguns tenham sido apanhados sem alguma documentação necessária para ali poderem vender o seu produto, considerando que o preço já é demasiado baixo para vender o seu produto quanto mais para pagar multas. -----

----- Sobre a realização do Triatlo Jovem e do Aquatlo na Barragem, o sr. Vereador Pedro Gaspar disse que só houve um boicote à realização destas provas e que esse boicote foi feito pelo Executivo, não dando a informação que devia ter dado aos vereadores da oposição e à população, sobre a qualidade da água. O Partido Socialista preocupado com a saúde pública, enviou uma carta à Federação de Triatlo de Portugal, questionando sobre a qualidade da água da barragem, para fazerem as provas. Estranhamente esta Federação emitiu um comunicado no seu site, a informar que a água da barragem não estava em condições e que iriam utilizar as piscinas. Sendo as

piscinas propriedade da Câmara presume-se que tenha havido autorização da mesma para que a Federação as utilizasse. Depois a Câmara Municipal de Alpiarça no dia da realização da prova, emite ela própria um comunicado dizendo que tem análises da água da barragem feitas regularmente e outras pedidas suplementarmente para efeitos de realização desta prova, à APA - Agência Portuguesa do Ambiente, que confirmam que a água da barragem dos Patudos tem parâmetros bacteriológicos admissíveis para a prática balnear, finalizando o comunicado com o assumir conjunto da Federação de Triatlo e da Câmara Municipal, da realização destas provas no plano de água da barragem de Alpiarça. O sr. Vereador Pedro Gaspar pediu ainda, que se há análises regulares então que lhe forneçam essas análises desde 2013 até hoje e finalizou dizendo que o Partido Socialista é um partido responsável, que não pretende boicotar nada em Alpiarça e que pretende ser uma mais-valia para a nossa terra. -----

----- Antes de passar a palavra ao sr. Vereador Francisco Cunha, o sr. Presidente disse que tinha documentação para entregar aos senhores vereadores. Ao sr. Vereador Pedro Gaspar: resultado da análise da água da Barragem, mapas e gráficos presentes na reunião do Conselho Municipal de Segurança, o currículo do sr. Comandante dos Bombeiros, Hugo Teodoro e uma informação do sr. Eng.º Portugal sobre Certificação de Segurança e Acessibilidades na Casa dos Patudos. Para o sr. Vereador Francisco Cunha, basicamente o mesmo à exceção do documento sobre Certificação de Segurança e Acessibilidade na Casa dos Patudos, que não foi pedido por este. -----

----- O sr. Presidente deu então a palavra ao sr. Vereador Francisco Cunha para intervir neste período solicitando-lhe que não usasse mais tempo do que o que foi usado pelo sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse que tinha muitos assuntos para tratar e tinha dúvidas que o tempo que lhe estava a ser concedido fosse suficiente e em relação à última reunião de câmara, lamentou que o sr. Vice-Presidente que ficou a conduzir os trabalhos após a retirada do sr. Presidente, que se ausentou por motivos partidários, não o tivesse deixado fazer uma declaração de voto, num assunto em que tinha votado contra. -----

----- Relativamente ao Festival do Melão opinou que os produtores de melão e de melancia de Alpiarça continuam a ter os mesmos ou piores problemas que tinham há anos, no escoamento dos seus produtos. Relativamente à criação de uma nova Associação de Produtores de Melão, lembrou que já houve uma associação idêntica há uns anos atrás e que era bom que tivessem em atenção o que foi feito na altura pela mesma e os motivos que levaram à sua extinção. Sobre o programa televisivo emitido durante o Festival do Melão, considerou que se por um lado foi bom levar o nome de Alpiarça para o país e para o estrangeiro, por outro lado o conteúdo do programa foi muito fraquinho e poderia ter-se aproveitado para falar das indústrias de Alpiarça ligadas à agricultura e de outros produtos produzidos em Alpiarça. -----

----- Relativamente a uma proposta que apresentou em tempos sobre o ensino Mandarim, disse que leu um artigo no jornal Público que referia que o Ministério da Educação deve arrancar com um projeto piloto, em 2015 ou em 2016, sendo pena que Alpiarça não ande na frente e comece a ficar um pouco para trás. Depois, o sr. Vereador Francisco Cunha disse na última reunião de câmara disse que existiam coisas muitas graves na câmara de Alpiarça, criticando o sr. Presidente de ir para uma pseudo-comunicação social, afirmar que o sr. Vereador Francisco Cunha teria de provar quais são as coisas muito graves que existem no concelho de Alpiarça. Em termos de dívida lembrou que de entre todos os municípios do distrito de Santarém só o concelho do Cartaxo tem uma dívida por habitante maior do que a nossa. Em relação ao grau de endividamento sobre o orçamento, Alpiarça só tem pior o Cartaxo e Santarém, o que mostra a nossa triste realidade. Deu os parabéns ao sr. Presidente pelo alcatroamento da rua Norton de Matos, no Frade de Cima, que é uma aspiração antiga das pessoas, e disse ter estranhado que a placa limitadora do concelho entre Alpiarça e Almeirim, tenha mudado de sítio, porque depois do alcatroamento da rua de Vale Peixe, a placa deixou de estar ao meio da ponte, que é o meio da linha de água e passou estar para cá da rua de Vale Peixe, parecendo que esta rua agora pertence ao concelho de Almeirim. Depois o sr. Vereador Francisco Cunha apresentou e leu uma Proposta sobre o incentivo à natalidade no concelho de Alpiarça. Finda a apresentação desta proposta o

sr. Vereador Francisco Cunha disse que pretendia ainda usar da palavra para falar sobre o assunto das águas da barragem dos Patudos. Ao que o sr. Presidente referiu que o sr. Vereador Francisco Cunha já tinha excedido largamente o tempo que lhe tinha sido dado e interrompeu a reunião pelas 16h15, retomando-a às 16h23 começando por responder às questões colocadas pelo sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

----- O sr. Presidente disse que a falta das atas não resulta de nenhuma situação estranha, simplesmente têm-se sentido aqui algumas dificuldades ao nível logístico, que se vai tentar regularizar logo que possível, acrescentou que as reuniões de câmara têm eficácia legal porque as atas são aprovadas em minuta e para além disso há a difusão em vídeo das mesmas, através da Internet, para todo o mundo. Sobre as ausências do Festival do Melão disse que não falou aqui na ausência de A ou B, realçou que o que se nota é uma sistemática ausência dos elementos do PS nas realizações promovidas pelo Executivo. Sobre as dificuldades no escoamento do melão e melancia, admitiu que elas existem e todos conhecemos essas dificuldades de há muitos anos para cá e têm a ver com os problemas de comercialização que desde sempre atingem os preços e como tal o rendimento dos agricultores. Afirmou que embora haja uma separação entre dois espaços, o espaço onde se realiza o Festival e o espaço da venda dos produtos, tem-se procurado que os produtores interajam com o próprio espaço do Festival e isso tem sido conseguido inclusive com a realização de concursos. Sobre o associativismo, reconheceu que nestes anos têm aparecido algumas associações com capacidade de agirem, outras nem tanto, mas que todos sabemos que não há outro caminho a seguir do que a união dos produtores em associações para melhor defenderem os seus interesses e criarem melhores condições de comercialização. Afirmou que houve contactos com grandes superfícies, uns da iniciativa da própria câmara e outros feitos pelos próprios produtores. Sobre a presença da brigada fiscal no parque do Carril, o sr. Presidente ressaltou que a Câmara de Alpiarça não tutela este tipo de fiscalização, mas que teve conhecimento que houve uma intervenção alargada a outras regiões do nosso distrito, a este tipo de vendas a retalho, os ânimos estão exaltados nesta altura, porque as pessoas não conseguem a justa retribuição pela

venda dos seus produtos e não veem com bons olhos o aparecimento destas brigadas fiscalizadoras, até porque geralmente aplicam coimas. As pessoas ficaram preocupadas, contactaram a câmara, que acabou por intervir dentro da medida das suas possibilidades, que como se sabe são muito limitadas. Relativamente à realização do Triatlo na Barragem, o Executivo tem disponibilizado as análises feitas à água, mesmo agora o fez, e o que pode assegurar é que estavam salvaguardadas as situações de saúde pública e o que está escrito no relatório do laboratório é que as águas à data da realização do Triatlo eram próprias para banhos e foi isso que foi comunicado à Federação de Triatlo. Quanto à possibilidade da realização da prova nas piscinas era um plano B que existia, porque desde o início a Federação sabia dos condicionantes que poderiam existir, mas como o ideal para os atletas é que os segmentos de natação sejam feitas em águas abertas, assim que soubemos que estava salvaguardada a saúde dos atletas, Federação e Câmara, decidiram-se pela realização da prova na Barragem. -

----- O sr. Presidente passou depois a responder às questões colocadas pelo sr. Vereador Francisco Cunha, alegando que não se ausentou da última reunião de câmara por motivos partidários, mas sim para assistir à tomada de posse dos novos corpos gerentes da Arpica, após várias horas de reunião, deixando a condução dos trabalhos entregues ao sr. Vice-Presidente como é normal em qualquer câmara do país. Relativamente às considerações feitas pelo sr. Vereador Francisco Cunha sobre o Festival do Melão, disse que não as iria rebater, porque o feed-back que temos é que o Festival foi um sucesso, e não teve grande intervenção na grelha do programa da RTP, a não a ser a indicação de artistas locais com CD's gravados e a indicação de temas integrados nas atividades do concelho. Sobre as associações de agricultores, voltou a reafirmar o que já tinha dito ao sr. Vereador Pedro Gaspar. Rebateu a afirmação do sr. Vereador Francisco Cunha de que existem coisas graves na câmara de Alpiarça, dizendo que não há coisas graves na câmara, havia uma situação financeira muito grave, fomos submetidos a inspeções da antiga IGAL e da IGF e foram detetadas irregularidades, em mandatos anteriores ao nosso e a câmara municipal responde e contrapõe e não há nada de grave na câmara de Alpiarça. Disse que temos consciência que estamos a gerir

a câmara de Alpiarça com rigor, que procuramos resolver as coisas da melhor forma possível. Quanto à dívida, disse que nunca escondeu que a dívida era enorme, mas que tem vindo a baixar e não a seguir a lógica que vinha de trás que era o endividamento à razão de um milhão de euros por ano, quando este Executivo já abateu dois milhões e duzentos mil euros de dívida. Relativamente à proposta apresentada pelo sr. Vereador Francisco Cunha disse que iria analisá-la e se era da competência deste órgãos discutir e tomar uma posição. Disse registar a proposta, que vem na linha daquilo que certas forças políticas estão a fazer, mas que não ilude o problema brutal da baixa de rendimentos dos portugueses, no corte nos salários e pensões, do aumento do desemprego, do aumento do empobrecimento, que leva à quebra de natalidade. -----

----- Quanto à placa do limite do concelho de Alpiarça, o sr. Vereador Carlos Jorge disse que a placa está bem colocada porque não podia ser colocada no meio do alcatrão, nem no meio da rua. -----

----- O sr. Presidente deu por terminado este período, dando início à Ordem do Dia. -

ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Fundação José Relvas. Agradecimento sobre cedência espaço da secretaria do Restaurante da Reserva Natural do Cavalo do Sorraia em Alpiarça, e também a do Auditório e do Polo Enoturístico da Casa Museu dos Patudos. Para conhecimento. ----

----- O sr. Presidente deu conhecimento deste agradecimento. -----

Ponto 2 - Grupo Parlamentar “CDS-PP. Requerimento apresentado por vários Senhores Deputados do CDS-PP, sobre as “Taxa Municipal de Proteção Civil”. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente deu conhecimento deste requerimento. -----

Ponto 3 – Requerentes: Ana Paula Sardinheiro Laranjeiro da Silva e Paula Cristina Rafael da Silva. Pedido de emissão de parecer para constituição de Compropriedade do prédio rústico, sito na Quinta da Gouxá, freguesia e concelho de Alpiarça, com a área de 26 240m², inscrito na matriz rústica sob o art.º 35 da secção 079 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob o n.º 1395. Para ratificação. -----

----- O sr. Presidente deu a palavra ao sr. Eng.º Vaz Portugal para fazer o

enquadramento deste ponto, o qual no uso da palavra disse que do ponto de vista técnico não houve qualquer obstáculo à constituição desta compropriedade. O sr. Presidente pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade de acordo com a informação dos serviços técnicos da câmara. -----

Ponto 4 - Proposta do sr. Presidente Mário Pereira. Proposta de designação do Fiscal Único da “AR – Águas do Ribatejo, EM, SA” - “Martins Pereira, João Careca e associados, SROC, Ld.ª”, representada por João António Carvalho Careca, ROC. Para deliberação. Remeter à Assembleia Municipal; -----

----- O sr. Presidente disse que este assunto já esteve aqui em reunião de câmara mas que foi retirado por sugestão dos senhores vereadores e solicitou ao sr. Vereador João Arraiolos que fizesse a apresentação deste ponto. No uso da palavra o sr. Vereador disse que conforme já foi dito na última apresentação deste mesmo ponto, deliberou a Assembleia Geral da “AR – Águas do Ribatejo, EM, SA”, por unanimidade, propor às câmaras municipais a empresa “Martins Pereira, João Careca e associados, SROC, Ld.ª” como Fiscal Único desta entidade. Fiscal Único que é um dos Órgãos da Águas do Ribatejo, tal como o Conselho de Administração e a Assembleia Geral. Mais informou que para além de outra documentação anexa à proposta, vem também o currículo desta entidade e a legislação que obriga à existência e à obrigatoriedade desta entidade. Feita a apresentação do ponto o sr. Presidente pôs o mesmo à discussão, tendo o sr. Vereador Francisco Cunha dito que iria votar favoravelmente esta proposta, por considerar que o preço apresentado por esta empresa era justo, ao contrário da proposta do ROC da câmara que considerou demasiado alta. O sr. Presidente pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto 5 - Requerente: Alberto Jorge Agostinho da Silva – Bar Very-Very. Emissão de Licença Regime Excepcional de Funcionamento para o Bar “Very-Very”, sito na Rua José Relvas n.º 226-228 em Alpiarça, às Sextas e Sábados, até as 3:00h, não havendo música a partir das 2:00h. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação do ponto e pôs o mesmo à discussão. Não se registando qualquer discussão, o sr. Presidente pôs o mesmo à votação, tendo sido

aprovado por unanimidade. -----

Ponto 6 - Requerente: Maria Prazeres Cruz Fitas Silva. Licença especial de ruído para realização de um evento de karaoke, realizado até às 2h do dia 27 de Julho. Para ratificação. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação do ponto e pôs o mesmo à discussão. Não se registando qualquer discussão, o sr. Presidente pôs o mesmo à votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do sr. Vereador Francisco Cunha. -----

Ponto 7 - Proposta do sr. Presidente Mário Pereira. Proposta de Moção - Posição do Município de Alpiarça sobre o encerramento dos Serviços de Finanças. Deliberação. --

----- O sr. Presidente fez a apresentação desta proposta de moção, informando que apesar da moção ser sua, gostaria que todo o executivo se associasse à mesma e pudesse ser votada por unanimidade e enviada para as entidades constantes na proposta. Feita a sua leitura, o sr. Presidente pôs a moção à consideração do executivo, para que depois pudesse ser votada. Começou por usar da palavra o sr. Vereador Pedro Gaspar dizendo-se em completa consonância com o texto da moção e como tal iria votá-la favoravelmente. Não havendo mais intervenções, o sr. Presidente pôs a moção à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Em declaração de voto, o sr. Vereador Francisco Cunha disse que concorda com o fundamento da proposta, porque não concorda que Alpiarça deixe de ter uma repartição de finanças, por outro lado disse que votava a favor também porque coloca os interesses da sua terra acima dos interesses partidários, apesar de saber que esta é uma moção política e partidária, e que se fosse ao contrário o sr. Presidente provavelmente não votaria como ele vai votar. Defendeu que as repartições de finanças se devem manter abertas em todos os concelhos do país, mas por outro lado é a favor da reestruturação dos serviços públicos e de tudo aquilo que possa minimizar o custo dos serviços públicos, de modo a que venhamos a pagar menos impostos. Para finalizar emitiu a opinião que se amanhã a repartição de finanças de Alpiarça encerrar, é porque Alpiarça não tem dimensão, o que é da responsabilidade de quem geriu Alpiarça durante quarenta anos. O sr. Presidente também fez declaração de voto dizendo que

votou favoravelmente esta moção, porque defende os interesses dos alpiarcenses e dos portugueses. Votarei sempre qualquer proposta vinda de outras forças políticas desde que salvaguardem este princípio enunciado atrás. Se porventura encerrar alguma das repartições de finanças do país, a responsabilidade não será nunca dos autarcas nem do Poder Local Democrático mas sim de quem decide nesta matéria, ou seja o governo português, neste caso o governo PSD/CDS. Por essa razão devem as populações eventualmente atingidas e prejudicadas agir no sentido de responsabilizar os seus decisores e lutar pelos seus direitos. -----

Ponto 8 - Proposta n.º 4 de 2014 do sr. Vereador Carlos Pereira. Proposta de Edital, Normas e Ficha de inscrição para a Alpiagra Feira Agrícola e Comercial de 6 a 14 de Setembro de 2014. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à discussão dando a palavra ao sr. Vereador Carlos Pereira, disse que pouco tinha a acrescentar àquilo que o sr. Presidente disse, e pôs-se à disposição dos senhores vereadores que tivessem dúvidas. O sr. Vereador Francisco Cunha perguntou se havia algumas alterações relativamente às normas de anos anteriores. O sr. Vereador Carlos Pereira disse que houve umas ligeiras alterações, havendo uma redução no preço das tasquinhas, houve uma diminuição no valor dos bares do espaço jovem e nas normas passou a constar o horário do espaço jovem, acrescentando que estas reduções são um incentivo à economia local e uma tentativa de atrair mais participantes e mais expositores. O sr. Vereador Pedro Gaspar também teceu algumas considerações sobre a redução dos preços, por ter verificado que o ano passado não eram servidos almoços nas tasquinhas, por serem manifestamente poucos os restaurantes instalados. Perguntou também se a câmara tem estudado bem a lição entre as taxas que aplica, o retorno que é esperado e o que depois gasta efetivamente com a realização da Alpiagra, uma vez que o sr. Presidente tem vindo a informar que se gasta muito menos dinheiro agora com a realização do certame do que no tempo do PS. Perguntou também se estão a ser tomadas algumas diligências para dinamizar mais a Alpiagra. O sr. Vereador Carlos Pereira respondeu que apesar da redução substancial das despesas na realização destes eventos, todos têm reconhecido

que as Alpiagras têm sido um êxito. Quanto à dinamização, informou que se está a alargar o convite e os contactos a um maior número de expositores e o número de bares e restaurantes presentes irá ser substancialmente maior. -----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. --

Ponto 9 – Requerimento do sr. Vereador Francisco S. Cunha (Todos Por Alpiarça–PPD/PSD-MPT). Requerimento do sr. Vereador Francisco Cunha a solicitar o agendamento do Parecer n.º 216/2014 da C.A.D.A. Relativo ao Proc.º n.º 206/2014. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente disse que este ponto é o agendamento de um ponto pedido pelo sr. Vereador Francisco Cunha e antes de passar a palavra ao requerente, disse que tem vindo a entregar a documentação à medida que há disponibilidade, e de acordo com aquilo que entendemos que é legítimo, já foi disponibilizada a conta corrente com o bar das piscinas, da qual tínhamos o entendimento que estava em segredo de justiça e a CADA entende que não, embora a CADA não tenha nenhum parecer vinculativo e não se sobrepõem a qualquer órgão legitimamente eleito pela população de Alpiarça. A outra questão que resulta do parecer da CADA como devendo ser objeto de entrega ao sr. Vereador Francisco Cunha, é documentação relacionada com as AEC's, documentação essa que o sr. Presidente entende que não deve entregar a este Vereador, por estarmos perante um conflito de interesses, uma vez que este tem interesse em causa própria, porque está ou esteve ligado diretamente ou através de familiares a uma empresa que tem uma ação em Tribunal contra a Câmara Municipal de Alpiarça e os advogados dos beligerantes terão com toda a certeza acesso a esta documentação. Passou depois a palavra ao sr. Vereador Francisco Cunha. -----

----- No uso da palavra o sr. Vereador Francisco Cunha contrapôs na essência tudo o que foi dito pelo sr. Presidente, alegando que o mesmo está a contar uma história que não tem nada a ver com a realidade. Acrescentou que da maneira como fala o sr. Presidente dá a entender que tem razão em tudo e que nunca erra e diz que entregou os documentos, mas nunca entregou e até na informação que prestou ao CADA mentiu, porque disse que lhe entregou a si, documentos que nunca entregou. Nesta

altura o sr. Presidente interrompeu, dizendo que não é mentiroso, nem é ele que conhecido em Alpiarça por mentir. O sr. Vereador Francisco Cunha voltou a dizer que o sr. Presidente não lhe entregou uma série de documentos do bar das piscinas, alegando que o processo estava em segredo de justiça mas afinal não estava, reafirmando o Vereador que o sr. Presidente está obrigado a entregar-lhe toda essa documentação. O sr. Vereador Francisco Cunha enumerou depois uma série de documentação que o sr. Presidente não lhe entregou do bar das piscinas, das próprias piscinas, os mapas de pessoal com a caracterização do que as pessoas fazem, a informação completa sobre a composição inicial e atual os Legados, nem as contas correntes, nem as contas da Agroalpiarça, nem o que lhe foi pedido sobre as AEC'S. O sr. Presidente reafirmou que não entregava nada ao sr. Vereador Francisco Cunha sobre as AEC'S, porque o assunto estava em tribunal, mas que entregava a qualquer Alpiarcense que o solicitasse. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que sobre as AEC's só queria a troca de correspondência entre a Câmara e o Ministério da Educação, disse que continua a não ter a conta corrente com o parque de campismo autenticada e que também não tem autenticada a caução prestada pela concessionária deste parque. Falou ainda das propostas que o sr. Presidente se recusa a levar às reuniões de câmara e leu parte das conclusões do CADA que diz claramente: “em razão do exposto deve a entidade requerida, facultar ao requerente vereador toda a documentação respeitante aos processos identificados, incluindo o processo do Bar das Piscinas e das AEC'S.” -----

----- O sr. Presidente deu por encerrado o período da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- Usou da palavra o munícipe Ricardo Hipólito que falou de uma pequena depressão que existe na EN 368, perto do limite do Concelho, que importa corrigir, porque pode pôr em causa a segurança rodoviária. Congratulou-se depois com a aprovação nesta câmara, da moção contra o fecho das repartições de finanças. Chamou a atenção para os atrasos verificados na distribuição do correio que podem e devem ser objeto de queixa por parte das pessoas, para a entidade reguladora. Relativamente ao Festival do Melão, manifestou a sua satisfação pela melhoria

qualitativa e quantitativa deste Festival, para o qual contribuiu o programa da RTP, cuja qualidade deste tipo de programas é sempre subjetivo e pode agradar a uns, mas a outros não. Finalizou dizendo que está errado quem pensa que o Festival do Melão é a resolução de todos os problemas da comercialização do melão, mas opinou que pode dar uma grande ajuda, porque há uma marca que é preciso criar e todos sabemos a importância que o melão e a melancia já tiveram e têm no concelho. -----

----- O sr. Presidente agradeceu a presença do munícipe e os temas por si abordados.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo sr. Presidente, eram dezoito horas e dezoito minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata, foi aprovada em minuta, por unanimidade. -----

----- E eu, Maria do Céu Augusto, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----